

Giovanni Arrighi

O longo século XX — Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.

Editora Unesp/Contraponto, 1996. Trad. Vera Ribeiro — 394 páginas

Reginaldo Corrêa de Moraes (DCP-Unicamp)

RESENHAS

O estudo de Arrighi, resultado de quinze anos de pesquisa, atravessa vários séculos de história econômica. Na verdade, o *twentieth long century* do título ocupa cerca de um terço do livro, apesar da advertência do autor sobre a “natureza estritamente instrumental” de suas “incursões no passado” (p. X). O livro é denso e polêmico. Este comentário procura apenas indicar algumas de suas preocupações centrais. Peço ao leitor paciência e atenção para algumas passagens longamente citadas. Não encontrei modo melhor de sintetizar alguns de seus argumentos e trazer, ainda, um pouco de seu estilo. De qualquer modo, parece-me, é um livro que merece ser lido com atenção — e com atenção dividida, entre o detalhe de cada “século” examinado (as incursões instrumentais no passado) e a arquitetura geral do ensaio, que aponta para uma interpretação provocativa e ousada do presente, interpretação que apontamos no fim desta resenha.

O esquema interpretativo utilizado por GA inspira-se declaradamente em Braudel, mais precisamente em *Capitalismo e civilização material*, tomando o longo século XX como o mais recente dentre “quatro séculos longos estruturados de forma semelhante, cada qual constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial” (p. X). A análise comparativa desses ciclos permitiria a

compreensão do passado e poderia “trazer mais revelações sobre a dinâmica e o provável desfecho futuro da crise atual” (p. X), já que “a situação atual não é tão sem precedentes”. Procura-se portanto divisar as tendências de hoje “à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial” (p. 4).

Mas, além de Braudel, uma outra fonte decisiva inspira Arrighi — a fórmula geral de Marx para o capital (DMD’):

“O capital dinheiro significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D’ representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha” (p. 5).

Junte-se a essa fórmula “a idéia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas” (p. XI), ou, se se quiser:

“O capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente” (p. IX).

O esquema interpretativo originado dessa combinação conduziria a uma outra leitura de Marx:

“Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD)” (p. 6).

A partir dessas premissas, Arrighi constrói uma análise comparativa (de história econômica ou sociologia histórica) de sucessivos ciclos de acumulação. Arrighi identifica quatro “longos séculos”, cada um deles caracterizado por uma unidade fundamental entre estrutura e operação dos processos de acumulação de capital em escala planetária: o ciclo genovês (séculos XV-XVII), o holandês (XVI-XVIII), o britânico (XVIII-XX), o norte-americano (XX). Procura mostrar, insistentemente, que determinados padrões de repetição e mudança se reproduziriam na fase atual de expansão financeira e reestruturação do sistema. Torna-se possível ainda localizar, nesta fase recente, as “anomalias” que poderiam le-

var a *rupturas* com os mencionados padrões (cf. p. 6).

Essa leitura instrumental do passado permite ao leitor um saudável descolamento frente a certos clichês — em parte espontaneamente produzidos em momentos de estabilização conservadora, em parte (e não pouco) repetidamente tamborilados por propagandistas profundamente comprometidos precisamente com essa conservação da ordem. Refiro-me em particular a uma insidiosa sensação (às vezes convicção) que freqüentemente nos é oferecida como uma necessária decorrência da própria “natureza das coisas”: o clichê conformista fartamente difundido, segundo o qual o presente se projeta no futuro, limitando-o de tal modo que teríamos chegado ao fim da história. É por exemplo bastante iluminadora (e crítica) para o presente a visão retrospectiva de GA sobre a “bela época” de 1896-1914 (p. 176-179). Procura-se apontar como esse “momento maravilhoso” — maravilhoso para a minoria de “capitalistas transformados em rentistas” — era ao mesmo tempo efêmero e limitado, implicando pesados sacrifícios à classe trabalhadora, através de massacrante contração de renda e destruição de empregos — sobretudo por conta da “relocação maciça do capital excedente da indústria para as finanças”. Amplos processos de desindustrialização faziam conviver prosperidade para rentistas e desgraças para os assalariados, até que o paraíso da burguesia européia foi penetrado pelo morticínio da guerra e pelos sobressaltos das crises e revoluções.

Essa visão de longo prazo, proposta pelo ensaio de Arrighi, permite ver com novos olhos, menos conformistas, o

futuro do presente. Arrighi lembra os “veredictos insuportáveis” enunciados pelo mercado mundial e pelos organismos supranacionais que pretendem “monitorar” as políticas dos Estados nacionais: países e continentes inteiros foram declarados “supérfluos”, desnecessários ao movimento mundial dos capitais. Até que ponto os homens de tais pedaços do mundo aceitarão essa pena de morte, decretada como uma imposição dos fatos e da razão eficiente? A pergunta, para além de um significado moral, tem uma dimensão política de grande amplitude. O “moderno sistema de Estados territoriais como *locus* primário do poder mundial” é confrontado com a internalização dos processos de produção e de troca, em escala mundial, no âmbito organizacional das empresas transnacionais e com o ressurgimento dos mercados financeiros mundiais supra-estatais”, gerando “intensas pressões para realocar a autoridade dos Estados nacionais, tanto para cima quanto para baixo” (p. 343). Será o caso de falar no surgimento de um “governo mundial”? Vale a pena citar, ainda uma vez longamente, o comentário de Arrighi:

“Nos últimos anos, a mais significativa pressão para realocar a autoridade para cima consistiu na tendência a barrar a escalada do caos sistêmico mediante um processo de formação de um governo mundial. De modo inteiramente não planejado e sob a pressão dos acontecimentos, as adormecidas organizações supra-estatais criadas pelo governo Roosevelt nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial foram revitalizadas às pressas, para exercer as funções mais urgentes de governo mundial que o governo norte-americano não podia nem negligenciar

nem desempenhar sozinho. Já durante o governo Reagan, e contrariando suas intenções originais, o FMI foi autorizado a funcionar no papel de “ministério das finanças mundiais”. No governo Bush, esse papel foi reforçado e, o que é mais importante, o Conselho de Segurança da ONU foi autorizado a exercer o papel de “ministério de policiamento mundial”. E, ao longo desses dois governos, as reuniões regulares do Grupo dos Sete tornaram esse órgão cada vez mais parecido com um comitê de administração dos assuntos comuns da burguesia mundial” (p. 343).

A conclusão do livro aponta para aquilo que anima visivelmente todas as suas “incursões instrumentais no passado”, isto é, imaginar os cenários possíveis para a “atual crise do regime de acumulação norte-americano”.

O primeiro cenário é aquele em que os “antigos centros” controlam o fluxo histórico e mantêm o papel de “guarda no alto comando da economia mundial capitalista”. Para isso, a velha guarda precisa utilizar a capacidade adquirida na “gestão do Estado e da guerra” para se apropriar dos excedentes acumulados pelos novos centros, constituindo, agora sim, e finalmente, “um império mundial realmente global” (p. 370).

O segundo cenário é aquele em que a velha guarda não demonstra tal capacidade. Nesse caso, os centros do leste asiático ocupariam posições de mando. Troca de guarda, mais uma vez, na história capitalista. Mas agora com um preocupante detalhe. A nova guarda não detém a mencionada “capacidade de gestão do Estado e da guerra que, historicamente, tem-se associado à reprodução ampliada de uma camada capitalista sobre a camada de mercado da economia

mundial". Arrighi aponta a natureza instável dessa nova situação, lembrando a advertência de Braudel, segundo a qual o capitalismo não sobreviveria a essa dissociação, ficando aberta a forte possibilidade de que "camada subjacente da economia de mercado voltaria a uma espécie de ordem anárquica".

O terceiro cenário é ainda mais aterrorizante. Nem "império mundial pós-capitalista", nem "sociedade de mercado capitalista mundial", mas horrores de violência e guerra, com a volta do "caos sistêmico de que (a história capitalista) partiu há seiscentos anos, e que foi reproduzido em escala progressivamente maior a cada transição". É difícil dizer se teríamos, nesse caso, apenas o fim da história capitalista e não o fim de toda a história humana (p. 371).

O epílogo do livro tem um título provocador: pode o capitalismo sobreviver

ao sucesso? As respostas estão longe de fornecer previsões de precisão geométrica. A História, aqui, não se configura como o desvelamento de uma eterna e reiterada natureza humana, tampouco como a realização de uma teleologia secular. A sucessão dos ciclos não é interpretada como a uma série de reproduções automáticas, círculos sobrepostos no tempo. Imagem mais adequada, se alguma cabe, é a de uma epopéia helicoidal. A cada volta do parafuso humano, há um corte de natureza tipicamente política. Desafios e escolhas são postos diante dos agentes, de modo a deixar muitas vezes indivisas a ordem e a desordem do mundo. É uma visão de longo prazo que nos distancia dos quietismos — otimistas, como o das profecias do progresso, ou pessimistas, como a dos arautos de encomenda que a cada temporada decretam, em capas de magazines, o fim da História ou o fim das ideologias.

Paulo Arantes

O ressentimento da dialética

São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996 — 413 páginas.

Wolfgang Leo Maar — Professor de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, SP.

Cultura e trabalho

O ressentimento da dialética é um conjunto de ensaios escritos por Paulo Arantes, de 1975 a 1983, e reorganizados não cronologicamente em quatro partes e um apêndice. Numa aproximação inicial o livro constitui um todo tendo como objeto basicamente a gê-

nese da ideologia na experiência capitalista alemã.

Na primeira e na segunda partes se apresentam os pressupostos da vida cultural e dos intelectuais que a protagonizam a partir da Ilustração, que conduziram às experiências intelectuais do idealismo, do romantismo e da

MORAES, Reginaldo C. Resenha de: ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX — dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora Unesp/Contraponto, 1996, 394p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995, p.151-154.

Palavras-chave: História econômica; Século XX; Capitalismo.